SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

ATA DA 31ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE-CONAMA.

Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de hum mil novecentos e noventa e dois, às 9h30min., no auditório nº 01 do edifício sede do IBAMA, foi realizada a 31ª Reunião Ordinária do CONAMA. Presentes na reunião os seguintes Conselheiros: Ministro JOSÉ GOLDEMBERG, Secretário do Meio Ambiente e Presidente do CONAMA; Drª MARIA TEREZA JORGE PÁDUA, Presidente do IBAMA e Secretária-Executiva do CONAMA; Dr. LUIZ OTÁVIO MOTA PEREIRA, Conselheiro Titular representante da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental-ABES; Dr. CARLOS CARDOSO AVELINE e Dr. VALDIRNEI MARTINS, Conselheiros Titular e Suplente, respectivamente, das entidades ambientalistas da Região Sul; Dr. FRANCISCO RODRIGUES SOARES, Conselheiro Suplente representante das entidades ambientalistas da Região Nordeste; Drª FERNANDA COLAGROSSI, Conselheira Titular representante das entidades ambientalistas da Região Sudeste; Prof. ALBERTO JOSÉ CENTENO, Conselheiro Titular representante das entidades ambientalistas da Região Centro-Oeste; Dr. AILTON KRENAK ALVES LACERDA, Conselheiro Titular representante do Fórum da Aliança dos Povos da Floresta; Drª MAGDA RENNER, Conselheira Titular representante da ADFG - Amigos da Terra; Dr. JAIRO CORTÊZ COSTA, Conselheiro Titular representante da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza-FBCN; Dr. LEOPOLDO GARCIA BRANDÃO, Conselheiro Suplente representante da

025 - Confederação Nacional do Comércio; Dr. LUIZ SEUFITELI
026 - DUTRA, Conselheiro Suplente representante da Confederação
027 - Nacional dos Trabalhadores no Comércio; Dr. OLYNTHO CÂNDIDO
028 - OLIVEIRA, Conselheiro Suplente representante da Confederação
029 - Nacional dos Trabalhadores na Indústria; Drª MARIA CRISTINA
030 - YUAN, Conselheira Suplente representante do Instituto
031 - Brasileiro de Siderurgia-IBS; Dr. GABRIEL CAMPANA FILHO,
032 - Conselheiro Suplente representante do Governo do Estado de
033 - Alagoas; Dr. ANTONIO CARLOS DA SILVA FARIAS, Conselheiro
034 - Titular representante do Governo do Estado do Amapá; Dr.
035 - MARCELO RIBEIRO TUNES, Conselheiro Suplente representante do
036 - Governo do Estado do Amazonas; Dr. DURVAL FREIRE DE CARVALHO
037 - OLIVIERI, Conselheiro Suplente representante do Governo do
038 - Estado da Bahia; Dr. WASHINGTON LUIZ RODRIGUES NOVAES,
039 - Conselheiro Titular representante do Governo do Distrito
040 - Federal; Dr. JARBAS RIBEIRO DE ASSIS JÚNIOR e Dr. ALMIR
041 - BRESSAN JÚNIOR, Conselheiros Titular e Suplente, respectiva
042 - mente, representantes do Governo do Estado do Espírito
043 - Santo; Dr. FERNANdo VIEIRA DE BARROS, Conselheiro Suplente
044 - representante do Governo do Estado de Goiás; Dr. FERNANDO
045 - CÉSAR DE MOREIRA MESQUITA, Conselheiro Titular representante
046 - do Governo do Estado do Maranhão; Dr. EUCÁRIO ANTUNES
047 - QUEIROZ, Conselheiro Titular representante do Governo do
048 - Estado do Mato Grosso; Dr. EDSON ESPÍNDOLA CARDOSO, Conse
049 - lheiro Suplente representante do Governo do Estado do Mato
050 - Grosso do Sul; Dr. OTÁVIO ELÍSIO ALVES DE BRITO, Conselheiro
051 - Titular representante do Governo do Estado de Minas Gerais;
052 - Dr. FRANCISCO SÉRGIO BELICH DE SOUZA LEÃO, Conselheiro
053 - Suplente representante do Governo do Estado do Pará; Dr.

JOSÉ TADEU BENTO FRANÇA e Dr. VITÓRIO SOROTIUK, Conselheiros Titular e Suplente, respectivamente representantes do Governo do Estado Paraná; Drª MARIA DO CARMO MARTINS SOBRAL, Conselheira Suplente representante do Governo do Estado de Pernambuco; Drª MARTHA MARIA BARBOSA VARELLA, Conselheira Suplente representante do Governo do Estado do Rio Grande do Norte; Dr. LUCIANO TEODORO MARQUES, Conselheiro Titular representante do Governo do Estado do Rio Grande do Sul; Dr. LUIZ AIMBERÉ SOARES DE FREITAS, Conselheiro Titular representante do Governo do Estado de Roraima; Drª JUCÉLIA CARDOSO CAETANO, Conselheira Titular representante do Governo do Estado de Santa Catarina; Dr. ANTONIO AUGUSTO DA COSTA FARIA, Conselheiro Suplente representante do Governo do Estado de São Paulo; Cel. Aviador JÚLIO AUGUSTO CÉSAR e Dr. DENNER SERIPIERI VERONESI, Conselheiros Titular e Suplente, respectivamente, representantes do Ministério da Aeronáutica; Engº PAULO BEZERRIL JÚNIOR, Conselheiro Titular representante do Ministério da Ação Social; Dr. JOSÉ FERNANDO MORAES GOMES, Conselheiro Suplente representante do Ministério da Agricultura e Reforma Agrária; Drª MARIA CONSOLACIÓN FERNANDES V. UDRY, Conselheira Suplente representante do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento; Cel. Art. MÁRCIO MANHÃES NEVES e Ten. Cel. VANDERLEI DA COSTA MORAES, Conselheiros Titular e Suplente, respectivamente, representantes do Ministério do Exército; Cap. de Mar e Guerra HÉLIO HERMANO ALMEIDA DE BUSTAMANTE, Conselheiro Titular representante do Ministério da Marinha; Dr. ROQUE MONTELEONE NETO, Conselheiro Suplente representante do Ministério da Saúde; Dr. MÁRCIO ANTONIO

TEIXEIRA MAZZARO, Conselheiro Suplente representante da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República; Dr. CARLOS ALBERTO RIBEIRO XAVIER, Conselheiro Titular representante da Secretaria da Cultura da Presidência da República; Drª DALVA MARIA ANTUNES DA SILVA, Conselheira Suplente representante da Secretaria de Desportos da Presidência da República; Dr. PAULO BENINCÁ DE SALLES, Conselheiro Titular representante do IBAMA. Também presentes da reunião: Dr. Vivaldo de Oliveira Reis Filho, da SOPREN; Drª Míriam Prochnow, da APREMAVI; Dr. Francisco Xavier Iglesias Alves Pereira e Drª Paula Frassinete Lins Duarte, da APAN; Drª Julieta P. B. Reideu, da SNE/MME; Drª Maria de Fátima Lopes Garcia Costa, do MEC; Dr. Álvaro Augusto de Souza Neto, da SNC/MTC; Dr. Bruno Bath, do DEMA/MRE; Dr. Axel Schmidt Grael, do Governo do Estado do Rio de Janeiro. Havendo "quorum" regimental, o Presidente cumprimentou a todos os presentes e declarou aberta a 31ª Reunião Ordinária do CONAMA. A seguir deu posse aos seguintes novos conselheiros: Dr. Paulo Bezerril Júnior e Dr. Paulo Fernando Pizza Teixeira, do Ministério da Ação social; Dr. Hermínio Maia Rocha e Dr. José Fernando Moraes Gomes, do Ministério da Agricultura e Reforma Agrária; Dr. Antonio de Souza Teixeira Júnior, do Ministério da Educação; Drª Maria Consolación Fernandes Villafane Udry, do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento; Cel. Art. Márcio Manhães Neves e Ten. Cel. Art. Vanderlei da Costa Moraes, do Ministério do Exército; Cap. de Fragata Paulo Roberto Faria, do Ministério da Marinha; Drª Suzana Machado de Ávila e Dr. Roque Monteleone Neto, do Ministério da

Saúde; Dr. Mário Cardoso Machado Júnior e Drª Christina Elizabeth Paes de Vasconcelos, do Ministério dos Transportes e Comunicações; Dr. Luiz Antonio Barreto de Castro e Dr. Paulo César Gonçalves Egler, da Secretaria da Ciência e Tecnologia da Presidência da República; Drª Dalva Maria Antunes da Silva, da Secretaria de Desportos da Presidência da República; Dr. Marcelo Ribeiro Tunes, do Governo do Estado do Amazonas; Drª Maria do Carmo de Lima Bezerra, do Governo do Distrito Federal; Dr. Luiz Antônio Gualberto e Drª Juliana Cláudia Brandão Magalhães Cunha Lima, do Governo do Estado da Paraíba; Dr. José Oscar Kurtz, do Governo do Estado de Santa Catarina; Dr. Ibsen de Gusmão Câmara, da FBCN; Dr. Antônio Morimoto, da CNA; Dr. Carlos Cardoso Aveline e Dr. Valdirnei Matins, da Região Sul; Dr. Alberto José Centeno e Dr. Everaldo Antônio Pastori, da Região Centro-Oeste; Dr. Valdemar Rodrigues e Francisco Rodrigues Soares, da Região Nordeste; Drª Fernanda Colagrossi, da Região Sudeste; Dr. Júlio Barbosa Aquino e Dr. Eugênio Scanavino Neto, da Região Norte; Dr. Carlos Eduardo Esteves Lima, da SEMAM/PR. O Presidente do CONAMA fez uso da palavra para dar aos novos Conselheiros os votos de boas vindas ao Plenário do CONAMA e, considerando que esta era a primeira reunião do Conselho a qual comparecia como Secretário do Meio Ambiente, aproveitaria a oportunidade para se manifestar sobre algumas questões de ordem geral. Em seu pronunciamento o Ministro destacou as seguintes questões: 1) que a visibilidade que as questões relativas a meio ambiente adquiriu no mundo inteiro é muito grande e a importância desse fato era atestada pela realização da Conferência sobre

Meio Ambiente e Desenvolvimento dentro de alguns dias no Rio de Janeiro; **2**) que a reunião, como todos sabem, é promovida pela ONU e o Brasil é a sede e, o sendo, tem responsabilidades diferenciadas dos outros países que participarão da reunião; **3**) que como país sede da Conferência o Brasil possui prerrogativas especiais, em primeiro lugar, porque a reunião será presidida pelo Presidente da República e em segundo lugar, porque sendo no Brasil há um esforço extraordinário de diversos órgãos governamentais, incluindo o Ministério das Relações Exteriores, a fim de que a reunião seja efetivamente um evento que marque o futuro das ações no meio ambiente no mundo, assim como foi a Conferência de Estocolmo em 1972; **4**) que existem vários problemas relacionados com o sucesso maior ou menor da Conferência e, a fim de situar os Conselheiros dentro do contexto em que o Governo Brasileiro estava trabalhando no momento, prestaria as seguintes informações: **a**) que por decisão das Nações Unidas a RIO/92 seria uma Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento; **b**) que a posição tradicional do Grupo dos 77, que reúne os países chamados do terceiro-mundo (que na verdade são aproximadamente 125 e não 77) é de que a ênfase maior a ser dada na Conferência seria sobre desenvolvimento e não sobre meio ambiente; **c**) que houveram debates muito acirrados dentro da Assembléia Geral da ONU até que se decidisse sobre o temário da Conferência; **d**) que os temas relativos ao desenvolvimento e a solução dos problemas do conflito NORTE X SUL acabaram não dominando e o que prevaleceu de fato, pelo menos até o momento, são as preocupações com o meio ambiente; **e**) que os países industrializados não

desejam transformar o evento do Rio em uma nova Conferência em que o confronto NORTE X SUL se apresente de forma muito clara; **f**) que esse confronto significa uma insistência extraordinária na solução dos problemas da dívida externa do preço dos "commoditis" que são exportados dos países do terceiro mundo para o primeiro mundo, e **g**) finalmente a questão da ajuda oficial dos países ricos aos países pobres. **5**) que nessas condições, a solução dos problemas da pobreza e do subdesenvolvimento não é, na visão dos países industrializados, a primeira prioridade da Conferência de 1992; **6**) que os países do terceiro mundo que desejavam obter concessões nesse sentido na Conferência seguramente ficarão desapontados como já ficaram desapontados nas conferências preparatórias; **7**) que olhando essas questões do ponto de vista do meio ambiente a situação não é tão ruim porque dá maior visibilidade aos problemas de meio ambiente, uma vez que havia enorme possibilidade dos problemas ambientais em menor escala poderem ser solucionados com a Conferência do Rio, a exemplo de Estocolmo em 72, notadamente os problemas relacionados a poluição local. O Senhor Presidente comentou ainda os números e quantitativos percentuais que se gasta, aproximadamente, no Brasil e no mundo com o controle e recuperação da degradação ambiental em função das atividades humanas, fazendo uma explanação detalhada dos esforços que são empreendidos pelos governos para salvar o que é possível salvar: **a**) que em razão das discussões que ainda estão em andamento, apenas as Convenções climática e de biodiversidade talvez sejam assinadas e, além disso é pouco provável que outros documentos mandatórios sejam assinados; **b**) que

tais documentos estão sendo transformados em declarações a exemplo da Carta da Terra e da Agenda 21 que não são documentos mandatórios enquanto não se definir os recursos financeiros; **c**) que o esforço do Brasil, no momento, através da Diplomacia Brasileira está centrado no sentido de tentar reforçar de maneira dramática os fundos que os países industrializados colocam para proteção do meio ambiente, tendo concordado em reforçar o "Global Enviromental Facility" - GEF e ao apoiá-lo está tentando negociar os mecanismos de governo a fim de que os países ricos, que são os doadores, não tenham o controle da organização. Além disso, o Presidente informou que o Governo Brasileiro decidiu apoiar de forma clara e definida a realização do Fórum Global que reúne as organizações não governamentais tendo atuado incisivamente para viabilizar o evento que de outra maneira não seria realizado; que até o momento nenhuma empresa privada, no Brasil ou no exterior, contribuiu para a realização do Fórum Global; que o Governo Brasileiro através de suas estatais e órgãos como a SEMAM/PR está colocando enorme pressão sobre os governos estrangeiros no sentido de que contribuam efetivamente com recursos financeiros para a realização do Fórum Global. Finalizando, o Presidente aproveitou para pedir desculpas por não ter podido comparecer ontem à 11ª Reunião Extraordinária do CONAMA em função do acúmulo de atividades e compromissos que sobrecarregaram excessivamente a sua agenda e a prioridade um que foi dada à realização da Conferência do Rio; que considerava o CONAMA o colegiado mais importante do meio ambiente que funcionam como legislativo e judiciário do setor de meio ambiente; que

228 - as crises e "incêndios" são tantos e tamanhos que às vezes é
229 - quase impossível resolvê-los; que não houve intenção de
230 - desprestigiar o CONAMA e sim uma efetiva falta de condições
231 - de participar da reunião em função de dramáticos problemas
232 - de agendas, sobretudo neste período de transição na direção
233 - da SEMAM e do IBAMA; que ao examinar a pauta dos trabalhos
234 - dessa sessão se deu conta de que o CONAMA, na realidade, é o
235 - colegiado que faz, na prática, a mediação entre desenvolvi
236 - mento e preservação do meio ambiente, além das discussões
237 - filosóficas e citou como exemplo a questão do Anel Viário de
238 - Goiânia, objeto do item 6.1 da Ordem do Dia, e que o seu
239 - respeito pelo CONAMA aumentou muito depois de ler a Pauta da
240 - Reunião, em função do nível das questões que aborda. Antes
241 - de passar à Pauta propriamente dita, o Presidente optou por
242 - franquear a palavra aos Conselheiros para manifestações
243 - livres informando que, infelizmente ia ser necessário se
244 - ausentar do Plenário dentro de alguns minutos. Pela ordem de
245 - inscrição, se manifestaram os conselheiros a seguir mencio
246 - nados, que destacaram as seguintes questões: **1**) O Conse
247 - lheiro Fernando César de Moreira Mesquita teceu comentários
248 - gerais sobre a Conferência, fez um breve histórico a
249 - respeito do IBAMA, desde sua criação até os dias atuais,
250 - destacando sobre esse assunto as seguintes questões: **a**) que
251 - o IBAMA foi criado a partir da extinção de quatro institui
252 - ções governamentais (IBDF, SUDEPE, SUDHEVEA e SEMA) que não
253 - funcionavam devido ao clientelismo político; que a corrupção
254 - que se observou ao longo da história das instituições
255 - públicas decorrem, principalmente, do loteamento de cargos,
256 - da nomeação de pessoas inadequadas que fazem o jogo de

257 - interesse de grupos e não das instituições a que pertencem;
258 - que essa prática era flagrante nas instituições que deram
259 - origem ao IBAMA principalmente no IBDF, SUDEPE e SUDHEVEA,
260 - com exceção talvez da SEMA onde a influência política não
261 - foi tão nefasta; que no momento atual está se observando o
262 - retorno do clientelismo político e loteamento de cargos
263 - dentro do IBAMA e que por isso gostaria de deixar
264 - registrado, no CONAMA, essa denúncia ora dirigida ao Senhor
265 - Ministro; que a legislação em vigor determina que o preen
266 - chimento dos cargos de Superintendentes do IBAMA serão
267 - feitos com funcionários do quadro a fim de que houvesse
268 - homogeneidade dentro da instituição e se evitasse os erros
269 - do passado; que agora, no momento está se dando uma inter
270 - pretação apressada e incorreta da legislação a fim de favo
271 - recer o loteamento dos cargos de superintendentes; que nessa
272 - situação, até chefes de POCOF's (Postos de Controle e Fisca
273 - lização) vão ser nomeados por determinação política; que no
274 - passado as pessoas nomeadas por indicação política para as
275 - SUPES não respeitavam as instituições e sim os ditames
276 - daqueles que os indicaram fazendo o jogo de interesse dos
277 - madereiros, dos proprietários rurais e das indústrias; que
278 - essa situação no IBAMA é inadmissível e grave, pois é justa
279 - mente esse órgão, o responsável por executar a política
280 - ambiental e para isso é necessário haver pessoas sérias,
281 - respeitáveis, em condições de fazer com que a legislação
282 - seja cumprida; que se uma providência não for tomada vai se
283 - repetir os erros do passado, de maneira ridícula, visto que
284 - só se incentiva o que é errado, o que é ruim; que o Itama
285 - raty funciona bem porque as funções são exercidas por diplo

matas de carreira; que as forças armadas funcionam bem porque não permitem a entrada de pessoas estranhas ou que haja interferências políticas. O Conselheiro solicitou ainda que se registrasse e se chamasse a atenção particularmente do Senhor Ministro para a indústria milionária de Consultoria que se implantou no IBAMA; que essa questão fosse investigada a fundo pelo Senhor Ministro; que também fosse investigada e apurada a questão dos agrotóxicos que é muito séria; que o próprio Conselheiro já havia denunciado antes essa questão visto que agrotóxicos totalmente condenados estão sendo comercializados no Brasil contra a determinação técnica e pareceres do IBAMA. Outro problema sério que necessita uma intervenção urgente é o problema da Reserva Ecológica do Gurupi, entre os Estados do Maranhão e do Pará: que conforme foi comprovado pelo próprio Conselheiro, 100 (cem) caminhões saem diariamente daquela reserva carregados de madeira, tirando o que resta de madeira e prejudicando a nascente do Rio Gurupi; que o Superintendente do IBAMA no Maranhão está angustiado com isso mas não tem como agir, afinal de contas há que se enfrentar homens armados com metralhadoras, com aparelhos de rádio, veículos altamente sofisticados e não está se fazendo nada; que na hora que a imprensa estrangeira for por lá e comprovar a gente vai dizer que os países do primeiro mundo estão denegrindo o Brasil e inventar uma série de desculpas para tentar tapar o sol com a peneira. Outra situação séria está relacionada com o Parque Nacional dos Lençois Maranhenses que foi criado para proteger as tartarugas marinhas e o peixe boi; o parque está sendo devastado e diariamente se mata de três a quatro

tartarugas e o IBAMA não pode fazer nada principalmente por falta de recursos e que é necessário direcionar os recursos para aquilo que é realmente mais importante. Finalizando o Conselheiro Fernando Mesquita solicitou uma explicação para o fato de funcionários que estão sob inquérito estarem sendo nomeados para comissões da ECO-92; que conforme consta no D.O.U. de ontem, o Sr. Jorge Florentino, que tem inquérito contra ele, foi nomeado para uma Comissão da ECO-92; que se há um efetivo interesse em moralizar o órgão, fatos como esse devem ser analisados para não comprometerem a instituição. Fazendo uso da palavra o Conselheiro Francisco Iglesias enfatizou sua preocupação com os rumos do CONAMA que mesmo sendo um colegiado da maior importância é quase sempre relegado a segundo plano pelo Presidente que quase nunca comparece às reuniões; que as determinações do Plenário não são cumpridas pela Secretaria-Executiva e as pendências vão se avolumando e citou como exemplos a questão do Grupo de Trabalho sobre Impacto Ambiental, sobre Regimento Interno do CONAMA que precisa ser modificado/atualizado e a proposta sobre desertificação que até hoje não teve seguimento. O Conselheiro encerrou sua manifestação informando da sua preocupação pela forma com que as reuniões do Plenário vem sendo conduzidas. O Conselheiro Alberto José Centeno usando da palavra protestou pela forma como o Presidente do Conselho se manifestou sobre a questão do desenvolvimento sustentado e meio ambiente, em particular no que se refere ao anel viário de Goiânia, enfatizando que para resolver tais conflitos não é necessário medidas tão radicais quanto o retorno às cavernas mas é preciso respeitar as

áreas especialmente protegidas e o equilíbrio ambiental que sempre são relegados a segundo plano em nome do interesse social. O Conselheiro Almir Bressan Júnior solicitou informações a respeito da participação dos Estados na Organização da Rio-92 e principalmente a inclusão dos mesmos na delegação brasileira. O Conselheiro informou também alguns dados do relatório "Brasil 92 Perfil Ambiental e Estratégia", elaborado pela ABEMA, no qual consta o valor gasto por cada Estado que, em média, gera em torno de 0,3% dos orçamentos estaduais com meio ambiente. O Conselheiro José Tadeu Bento França solicitou que fosse reaberta a possibilidade dos principais projetos dos Estados serem apresentados na Rio-92 e propôs uma agenda única IBAMA/SEMAM/Órgãos Estaduais com relação a exposição do Brasil na Conferência. O Conselheiro Luiz Otávio Mota Pereira propôs que o Fórum Global pressione efetivamente a reunião oficial para tratar do assunto da pobreza e que o Brasil lidere o grupo para tratar do tema. Finalizando, o Conselheiro informou que nos dias 06 e 07/MAI/92 a Secretaria Nacional de Saneamento, a ABES e o Congresso Nacional estarão promovendo um Seminário, no Congresso Nacional, para tratar do assunto de Saneamento Básico, para o qual convidava todos os conselheiros. O último Conselheiro inscrito, Dr. Carlos Aveline, destacou em seu pronunciamento a preocupação das entidades ambientalistas com os rumores de ingerências políticas dentro do IBAMA. Nesse sentido pediu esclarecimentos ao Presidente e Secretária-Executiva do CONAMA sobre a situação nas Superintendências Estaduais do IBAMA; que há informações no sentido de que em várias SUPES os superintendentes do IBAMA caíram,

373 - estão por cair, ou vão cair não pelos seus erros, mas sim,
374 - pelos seus acertos; que tais fatos estariam acontecendo nos
375 - Estados do Rio de Janeiro, Santa Catarina, Minas Gerais,
376 - Piauí, Pernambuco, Ceará e etc; que no Amazonas, por
377 - enquanto, foi derrotado o lobby político vinculado ao Gover
378 - nador Gilberto Mestrinho e o superintendente do IBAMA lá
379 - nesse momento, não estaria vinculado a tal lobby, por isso
380 - seria substituído; que tais fatos contrastam com os antece
381 - dentes pessoais do Presidente e da Secretária-Executiva do
382 - CONAMA e causam bastante mal-estar e preocupação pois tais
383 - fatos mesmo importantes entre si, não estão isolados no
384 - contexto; que é necessário saber o que está acontecendo. O
385 - Conselheiro fez um breve relato e teceu comentários gerais
386 - sobre os resultados da 11ª Reunião Extraordinária, realizada
387 - ontem e destacou que o Brasil não faz crise na legislação
388 - escrita; que tal crise se faz na questão institucional, na
389 - capacidade de aplicar a legislação; que é por aí que a
390 - questão do meio ambiente se coloca e que foi essa a princi
391 - pal definição tirada ontem e que vai se comunicar como
392 - verdadeira a todas as áreas da Política Nacional de Meio
393 - Ambiente; que é necessário um posicionamento do Senhor
394 - Ministro e da Secretária-Adjunta da SEMAM sobre essas ques
395 - tões, porque o objetivo do movimento ecologista, que também
396 - é o objetivo do CONAMA, não é obter vitórias políticas
397 - setoriais, nem derrotar ninguém, mas sim, preservar o meio
398 - ambiente. O Senhor Ministro fez uso da palavra para comentar
399 - as manifestações dos Conselheiros e fazer os seguintes
400 - esclarecimentos: 1) **sobre reuniões do CONAMA:** que durante o
401 - período em que for Secretário da SEMAM fará o maior esforço

para permanecer o dia todos nas reuniões do CONAMA e que não há desconsideração com o colegiado e sim um excesso de demandas conflitantes; 2) **sobre cargos do IBAMA:** que, o que tem caracterizado suas ações em várias funções públicas que tem ocupado é a ausência de clientelismo; que seus auxiliares são escolhidos pessoalmente e com total liberdade; que assim o foi no Ministério da Educação e também está sendo na SEMAM e que isso todo mundo sabe; que ninguém o convida para uma função ministerial loteando cargos dentro da pasta que dirige; que a Diretoria do IBAMA foi escolhida com inteira liberdade pelo Secretário Interino de Meio Ambiente com ajuda da Presidente do IBAMA; que de fato e, naturalmente, são feitas inúmeras sugestões, e de todos os tipos, mas as escolhas são feitas sempre por critérios técnicos e não há considerações de caráter político; que a questão de loteamento de cargos é totalmente incorreta pois não há loteamento nenhum; que na verdade dois superintendentes do IBAMA foram efetivamente afastados de suas funções: um por estar sob inquérito e outro por não estar merecendo a confiança da Presidência do IBAMA; que os superintendentes exercem cargos de confiança do Secretário da SEMAM e do Presidente do IBAMA e não são eleitos por bancadas políticas; que está cada vez mais difícil encontrar pessoas para ocupar cargos pois há uma quantidade imensa de gente envolvida com inquéritos; que nos últimos dois anos o IBAMA teve 163 inquéritos por corrupção e várias outras coisas; que não concorda com a visão do Conselheiro Fernando Mesquita de que só funcionários de carreira podem ocupar cargos pois isso dá origem ao corporativismo; que com

relação a denúncia envolvendo o nome do Sr. Jorge Florentino de fato a questão é relevante e as providências serão tomadas; 3) **sobre indústria de consultoria:** que reconhece que a indústria existe pois havia também no Ministério da Educação e acabou com elas; que o problema é que os salários são, de fato, muito baixos exigindo quase que votos de pobreza poara se poder trabalhar; 4) **sobre agrotóxicos, Reserva do Gurupi e Parque dos Lençois Maranhenses:** que de fato as questões são muito sérias e a situação dos agrotóxicos de fato é uma vergonha nacional, que para solucioná-los ia determinar pessoal e publicamente que a Presidente do IBAMA resolvesse essas questões atuando diretamente na questão de Gurupi e das tartarugas no Parque do Maranhão; 5) **sobre participação dos Estados na delegação brasileira, nas exposições e na organização da Rio-92:** que isso é necessário ser discutido com o Itamaraty; que como Secretário de Meio Ambiente até poderia encaminhar demandas com a expectativa de que sejam atendidas, mas que tais questões estão na alçada do Itamaraty, que quanto a participar da delegação brasileira há inclusive um problema físico, as delegações de cada país não podem ser muito grandes; que a questão das exposições custam muito caro e o IBAMA tem dificuldades de dinheiro e com relação ao espaço para exposições, o IBAMA não tem o controle sobre isso, mesmo porque não é o organizador da Conferência e que a organização em si está por conta de um Grupo de Trabalho Nacional; 6) **sobre a questão da pobreza, recursos hídricos e saneamento básico:** que tais problemas constam da Agenda 21, mas não basta constar, pois, para as soluções é preciso dinheiro e, se há um país que

460 - está lutando para viabilizar um fundo maior, esse país é o
461 - Brasil. Finalizando, o Presidente pediu licença para se
462 - retirar ao Plenário em função de um compromisso assumido com
463 - o Presidente do Congresso Nacional e passou a Presidência da
464 - mesa à Secretária-Executiva do CONAMA para dar prosse
465 - guimento aos trabalhos dessa sessão. A seguir a Secretária-
466 - Executiva, no exercício da Presidência, retomou a Pauta com
467 - o item 3, referente a leitura, discussão e votação da Ata da
468 - reunião anterior que foi aprovada com a seguinte ressalva
469 - feita pela Secretaria-Executiva na pág. 9, linha 57, onde se
470 - lê: "representante do Governo do Estado de Pernambuco",
471 - leia-se "representando o Governo do Estado de Pernambuco".
472 - Sobre o item 4, referente ao informe da Secre
473 - taria-Executiva, foi feito de modo breve juntamente com a
474 - metodologia de trabalho para a continuidade da reunião.
475 - Assim feito e passando ao item 4.1 sobre relatório sobre
476 - "lixo da Rhodia". O Conselheiro Durval Olivieri apresentou
477 - então o parecer da Câmara Técnica de Controle Ambiental
478 - esclarecendo que a Câmara Técnica atual juntamente com o
479 - órgão de meio ambiente de São Paulo e a Secretaria-Executiva
480 - cumpriu seu papel ao remeter técnicos para junto com a
481 - CETESB e as entidades envolvidas verificarem a situação. O
482 - relatório apresentado pelos técnicos apontou o seguinte: que
483 - o problema é grave e que não será resolvidos se não houve
484 - uma soma de esforços expressiva de todas as partes que o
485 - poder e a estrutura para ajudar sociedade civil, empresa,
486 - Ministério Público e outros. A Câmara Técnica, então, propôs
487 - que o assunto fosse centralizado em cima do órgão de meio
488 - ambiente do Estado de São Paulo e que o IBAMA permaneça

colaborando e que na próxima reunião da Câmara Técnica, diante das providências que forem tomadas, seja apresentado um plano de ação para a solução do problema. O Dr. Werner Zulauf pronunciou-se também sobre o problema colocando que no seu entendimento a solução para pela aquisição das áreas por parte da empresa responsável, a exaustiva utilização da tecnologia para remoção do material e ao final uma discussão para um acordo se possível no âmbito do Ministério Público, sob o égide da justiça e dos órgãos técnicos envolvidos do destino daquela área. O item 5 sobre apresentação, à mesa, das matérias com pedido de regime de urgência, pedidos de inversão de Pauta e encaminhamento das emendas às matérias da Ordem do Dia, pronunciaram-se o Conselheiro Francisco Iglesias, com apresentação de proposta de Moção; Conselheiro Paulo Benincá, que pediu regime de urgência para o item 6.4 da Pauta; Conselheira Paula Frassinete, apresentou proposta de Moção sobre cultivo de camarões; Conselheiro Eduardo Esteves encaminhou solicitação para prorrogação de prazo para apresentação de normas mínimas estabelecidas na Resolução/CONAMA/nº 06, de setembro de 1991. A seguir a Presidente passou ao item 6.1, referente a proposta de resolução determinando a suspensão das obras do anel viário de Goiânia, até que estudos alternativos sejam realizados, encaminhada pelo Ministério Público do Estado de Goiás. A proposta foi retirada de Pauta pelo Conselheiro Fernando Barros, representante do Governo daquele Estado, sendo fixado o prazo de 30 (trinta) dias para que sejam acrescentadas ao processo, as informações trazidas pelo Conselheiro. O item 6.2, referente a proposta de Resolução determinando a

realização de estudos das alternativas do Projeto de Instalação da Usina de Reciclagem de Lixo, no município de Capão da Canoa-RS, encaminhada pela Associação Comunitária de Capão da Canoa, foi rejeitada pelo Plenário visto que a matéria não foi esgotada previamente nas instâncias estaduais, segundo os trâmites legais. Sobre o item 6.3 referente a proposta de Resolução alterando a redação da Resolução/CONAMA/nº 003, de 22/08/91, que dispõe sobre as Câmaras Técnicas do CONAMA. A Secretaria-Executiva retirou a matéria da Pauta, considerando que a mesma estava colocada de forma imprópria, pois, na verdade trata-se de uma proposta para análise dentro da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos. O item 6.4, referente a proposta de Decreto sobre a Mata Atlântica, elaborada pela Secretaria-Executiva, tendo em vista o disposto nas linhas 285 a 294 da Ata da 30ª Reunião Ordinária do CONAMA. Após muitas discussões, o Conselheiro Fernando César Mesquita, juntamente com os representantes regionais, pediu vista à matéria e, ao mesmo tempo, encaminhou a seguinte proposta: 1º) que no assunto acima sejam ouvidas as entidades ambientalistas, que vem trabalhando esta questão de forma concreta e que inclusive tem propostas já elaboradas sobre o assunto - SOS Mata Atlântica, APREMAVI, APAN, APANDE; 2º) que na próxima reunião do CONAMA para discussão desse assunto, seja apresentado o levantamento elaborado pela Fundação SOS Mata Atlântica sobre o desmatamento ocorrido no Estado do Rio de Janeiro desde 1985. Ficou estabelecido prazo de 15 (quinze) dias para o pedido de vista e uma reunião extraordinária sobre o assunto datada para 15 de maio do corrente ano. O

547 - item 6.5, referente a proposta de Moção referente a
548 - patenteamento de seres vivos, encaminhada pela Conselheira
549 - representante da ADFG - Amigos da Terra. Após discutir a
550 - matéria, o Plenário aprovou proposta de Moção elaborada
551 - pelos conselheiros representantes do Governo do Estado de
552 - São Paulo e da ADFG - Amigos da Terra, que manteve todo o
553 - texto original excetuando o item 1º que passou a ter a
554 - seguinte redação: "1º) Moção ao Exmº Senhor Presidente da
555 - República, aos membros da Comissão Interministerial, autora
556 - do Projeto de Lei nº 824/91, e aos membros da Comissão
557 - Especial da Câmara dos Deputados para estudos do Projeto,
558 - manifestando a posição do CONAMA pela exclusão dos
559 - parágrafos 1º e 2º do seu artigo 18 que permitem o
560 - patenteamento de quaisquer organismos vivos, microorganismos
561 - em si, processos microbiológicos. Tais materiais só poderão
562 - ser novamente apreciada após a realização da ECO 92 e a
563 - realização de audiências públicas e debates, envolvendo
564 - todos os seguimentos da sociedade civil e da comunidade
565 - científica. Os itens 6.6, sobre proposta de Resolução
566 - regulamentando os níveis de ruído emitodos por veículos
567 - automotores, exceto motocicletas, motonetas, triciclos,
568 - ciclomotores, bicicletas com motor auxiliar e veículos
569 - assemelhados, elaborada e enviada pelo Governo do Estado de
570 - São Paulo, e 6.7, sobre proposta de Resolução regulamentando
571 - os níveis de ruído emitidos por motocicletas, triciclos,
572 - ciclomotores, bicicletas com motor auxiliar e veículos
573 - assemelhados, elaboradas e enviadas pelo Governo do Estado
574 - de São Paulo, o Plenário decidiu aceitar o parecer da Câmara
575 - Técnica de Controle Ambiental, que entende ser necessário

que as propostas sofram ajustes. Nesse sentido, as partes envolvidas (CETESB e IBAMA) devem apresentar em 30 (trinta) dias, uma proposta que contemple as questões levantadas pela Câmara Técnica, que apreciará novamente o assunto. O item 6.8, referente a Proposta de Resolução criando a Câmara Técnica de Acompanhamento do CNEA, elaborada e enviada pelo Conselheiro representante das entidades ambientalistas da Região Nordeste, foi aprovada ficando também decidido que a Secretaria-Executiva trará para a próxima reunião proposta de constituição da Câmara Técnica. No item 6.9, sobre proposta de Resolução proibindo a utilização da Caatinga para fabricação de carvão vegetal para uso industrial, elaborada e encaminhada pelo Conselheiro representante das entidades ambientalistas da Região Nordeste, o autor e Plenário concordaram com o parecer da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, que se manifestou por ouvir a Secretaria-Executiva, as Câmaras Técnicas de Ecossistemas e Energia, antes de se efetuar uma discussão em Plenário. O item 6.10, sobre proposta de Resolução referente a destinação de receita do IBAMA proveniente de multas e ingresso em Unidades de Conservação, elaborada e enviada pela Conselheira representante da ADFG - Amigos da Terra, foi retirado de Pauta a pedido da autora. O item 6.11, sobre requerimento da Câmara Municipal de Lins-SP solicitando que a situação seja revertida no que se refere ao Projeto Mina de Bauxita da Amazônia e da Hidrelétrica de Caichoeira Porteira na Amazônia. Sobre a mina de bauxita, o Dr. Arlindo Fellipe, Diretor de Controle e Fiscalização do IBAMA, informou que os empreendedores retiraram-se e que no momento

605 - não há nenhum processo de licenciamento em trâmite; quanto à
606 - hidrelétrica de Cachoeira, seguindo informações dadas pelo
607 - Secretário Adjunto da Secretaria de Ciência e Tecnologia do
608 - Estado do Pará, a mesma suspendeu o EIA/RIMA por solicitação
609 - da ELETRONORTE, que paralisou o projeto. Após o relato
610 - manifestaram-se a respeito o Conselheiro Vivaldo Reis Filho,
611 - Dr. Sebastião Azevedo, Conselheiro Luiz Otávio da Mota. Este
612 - último solicitou que ficasse registrado a sua estranheza e
613 - protesto de que o vereador da prefeitura de Lins levantasse
614 - dentro do CONAMA uma questão que está sendo exaustivamente
615 - debatida no Estado. Sobre o item 7, referente a discussão e
616 - votação das matérias em regime de urgência. A Conselheira
617 - Paula Frassinete apresentou Moção de Apoio à luta da APAN na
618 - preservação dos manguezais, a ser encaminhada ao Governador
619 - do Estado da Paraíba, que foi aprovada com algumas
620 - modificações que serão feitas pela Secretaria-Executiva,
621 - acrescentando inclusive as sugestões feitas pelo Conselheiro
622 - Durval Olivieri e Dr. Werner Zulauf, no sentido de que seja
623 - notificado à CVN por ser um instrumento de pressão
624 - respeitado, sobre a situação no Estado da Paraíba. A Moção
625 - encaminhada pelo Conselheiro Francisco Iglesias, sobre a
626 - forma como estão sendo conduzidos os trabalhos no CONAMA,
627 - foi retirada pelos próprios assinantes. O Conselheiro Carlos
628 - Eduardo, da SEMAM, encaminhou pedido de prorrogação do prazo
629 - para mais 90 (noventa) dias além do já concedido, para
630 - propor normas mínimas a serem obedecidas no tratamento dos
631 - resíduos sólidos provenientes dos estabelecimentos de saúde,
632 - portos e aeroportos. Sobre o assunto o Conselheiro Durval
633 - Olivieri sugeriu que seja pautada para a próxima reunião da

Câmara Técnica de Controle Ambiental, uma averiguação deste assunto no estágio em que estiver, para que o Plenário seja melhor subsidiado. A proposta foi aprovada. A seguir a Presidente passou ao item 8, referente a palavra livre. A Conselheira Fernanda Colagrossi fez uso da palavra para pedir que constasse em Ata e solicitou que faça parte da Pauta da 32ª Reunião Ordinária do CONAMA a sugestão que a APANDE encaminhou em nome da AIPA e da ACODE que o CONAMA crie uma comissão técnica para estabelecimento de normas quanto ao uso de embalagens de materiais descartáveis, abordando os aspectos técnicos dos materiais a serem usados, especialmente quanto ao seu aproveitamento em biodegradabilidade disciplinando seu fabrico e uso e os incentivos para a diminuição deste uso definindo ainda a responsabilidade pelo destino do lixo produzido. O Conselheiro Vivaldo de Oliveira fez uso da palavra para se despedir e falou ainda sobre a luta da SOPREN na defesa da natureza e da impotência quanto ao problema da borracha. A Presidente aproveitou esse momento e propôs ao conselho uma Moção agradecendo aos representantes que estão deixando o Plenário e seu enorme trabalho feito durante seus mandatos no CONAMA, que foi aprovada por unanimidade. O Conselheiro Francisco Iglesias fez uso da palavra para agradecer a participação no CONAMA e enfatizou a necessidade da questão da desertificação do Nordeste, pedindo que o Conselho tratasse melhor esse problema. A Conselheira Fernanda Colagrossi fez uso da palavra para elogiar o trabalho prestado ao CONAMA pelo Conselheiro Francisco Iglesias, Conselheira Miriam Prochnow e Conselheiro Vivaldo. O

663 - Conselheiro Almir Bressan fez uso da palavra para informar
664 - que o trabalho designado "Diagnóstico Ambiental Brasileira"
665 - chamado "Projeto Brasil 92", foi concluido e condensado em
666 - regiões, foram retiradas propostas para as posições
667 - brasileiras e levadas ao encontro de New York e convidou a
668 - todos para no dia 6 de junho no Parque do Flamengo no stand
669 - da ABEMA o lançamento desse trabalho. A Conselheira Miriam
670 - Prochnow passou para mesa um documento que se refere a Mata
671 - Atlântica, mais precisamente uma Moção que foi aprovada no
672 - último Encontro Nacional do Fórum de Organizações
673 - Brasileiras. Finalizou dizendo que fazer parte do CONAMA foi
674 - muito gratificante e colocou seu trabalho a disposição do
675 - CONAMA. O Dr. Werner Zulauf fez uso da palavra para elogiar
676 - o trabalho da Conselheira Miriam Prochnow. A Presidente fez
677 - uso da palavra para informar ao Plenário sobre a situação do
678 - BHC em Duque de Caxias no Espírito Santo e na questão
679 - envolvendo a Gurgel por descumprimento da legislação
680 - ambiental; que em ambos os casos o IBAMA está adotando as
681 - providências necessárias. A Presidente solicitou ao Plenário
682 - permissão para que o Engº Jorge Florentino, citado hoje pela
683 - manhã pelo Conselheiro Fernando Mesquita, usasse da palavra
684 - em direito de defesa, para prestar esclarecimentos sobre seu
685 - envolvimento em um inquérito no IBAMA. O Engenheiro
686 - apresentou suscintamente ao Plenário um informe sobre as
687 - causas e a forma pelas quais foi envolvido em um inquérito
688 - que já foi encerrado na Polícia Civil e Polícia Federal com
689 - as seguintes conclusões: que em momento algum ficou
690 - evidenciado durante a investigação em torno dos fatos
691 - noticiados pela ocorrência nº 526/90 da lavra da Srª Raquel

Milano que o Sr. Jorge Florentino Coelho de Souza haja agido de má fé razão pela qual determino seja o presente expediente arquivado na seção de administração; que a Delegacia de Polícia diligenciou no sentido de apurar os fatos concluindo afinal que a Srª Raquel Milano nada mais fizera do que dar causa a instauração de investigação policial contra o Sr. Jorge Florentino Coelho de Souza imputando-lhe crime de que o sabia inocente, incorrendo por sua vez em crime de denunciação caluniosa. Isso posto o Engº Jorge Florentino informou ao Plenário do CONAMA que ingressou na justiça com uma representação criminal contra a Srª Raquel Milano, Diretora do Parque Nacional de Brasília, por esta acusação; que com relação ao inquérito administrativo, pelos mesmos motivos, aqui dentro do IBAMA, embora tendo parecer técnico em conformidade com o lauda da polícia, ainda não foi encerrado devido a força do poder que predominou nessa instituição, embaraçando a tramitação rápida e regular do processo. Finalizando, colocou a disposição do Plenário e entregou à mesa para fins de registro, toda a documentação relativa a esse processo. Nada mais havendo a ser discutido, a Presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a 31ª Reunião Ordinária do CONAMA, da qual foi lavrada a presente síntese de Ata em Brasília-DF, 29 de abril de 1992.